

1 ATA DA 38ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS 2 HUMANOS – CEDH

3 Aos nove dias do mês de julho de dois mil e vinte, em ambiente web, por meio da
4 ferramenta do Google Meet, às 13h30min, compareceram na Plenária do Conselho
5 Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:
6 **representantes da sociedade civil:** Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos
7 Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni (Federação
8 Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC); Erli Camargo (Fundação
9 Nereu Ramos – FINER), Nadir Cardoso dos Santos (Central Unica dos
10 Trabalhadores – CUT), Sidnei Pavesi (Associação dos Deficientes Físicos de
11 Brusque e Região – ADVB), João Coutinho (Associação dos Defensores Públicos
12 de Santa Catarina – ADEPESC) e **representantes governamentais:** Rosimari
13 Koch (Secretaria de Estado da Educação - SED); Tamiris Graziottin (Casa Civil –
14 CC); Sullivan Desirée Fischer (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
15 (SDS), Fabiana de Souza (conselheira suplente SDS); Ledronete Silvestre
16 (Secretaria de Estado da Saúde – SES); Gustavo Kremer (Secretaria de Estado da
17 Segurança Pública – SSP), Reginaldo Rocha (Secretaria de Estado da Segurança
18 Pública – SSP) **como convidados/ouvintes:** Dr. João Marcos Buch, Professora
19 Juliana Viggiano (membro do Instituto Memória e Direitos Humanos da
20 Universidade federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC) e a professora Jaqueline
21 Pelozato (professora e pesquisadora em gênero e cidadania). E Manuela Ribeiro
22 (Secretária do CEDH/SC). **Ponto 1 da pauta. A plenária é aberta** pela presidente
23 do conselho Cynthia Maria Pinto da Luz (CDH- Joinville) cumprimentando a
24 todos/as. Na sequência Cynthia fez a **leitura da pauta, ponto 2**, comunicando o
25 recebimento da denúncia da penitenciária agrícola de Chapecó a ser trabalhada
26 nesta plenária, sugeriu alteração da ordem de pauta, deixando a aprovação das
27 Atas pendentes para o final da reunião e, por fim indagou se havia alguma inclusão
28 a ser feita além da consultoria sobre a Emenda Constitucional de Santa Catarina
29 nº62/2013 e as notas pendentes. A pauta foi então *aprovada por unanimidade*.
30 Neste momento, Cynthia comunicou a chegada do Dr. João Marcos Buch, e
31 organizou da seguinte forma: num primeiro momento, faria a apresentação do
32 magistrado e na sequencia seria feita uma rodada de apresentações. Concluídas
33 as apresentações, inicia-se o **ponto 4 da pauta. Medida judicial de permissão de**
34 *entrada de roupas íntimas e de contenção do frio nas unidades prisionais de*
35 *Joinville*, com participação do juiz de Direito: Dr. João Marcos Buch. O magistrado
36 se apresentou e explicou ao grupo que quando iniciou a atuar diretamente no
37 sistema de justiça criminal se deparou com as violações a dignidade da pessoa
38 humana e os Direitos Humanos. O juiz fez menção aos desafios que passam todos
39 os que abraçam a causa de Direitos Humanos, citando o CEDH e, ressaltando, que
40 é através dos movimentos populares que o Estado avança na questão dos Direitos
41 Humanos, pois o Estado por si só nunca evoluiu nessa questão como política de
42 Estado. O magistrado informou que iria começar sua fala primeiro no sentido geral
43 do sistema prisional, chegando na pandemia, Brasil, Santa Catarina, Joinville e; por
44 fim, nas decisões que vem tomando. Dr. João Marcos introduziu sua fala
45 salientando que o problema do sistema prisional Brasileiro não é algo simples de
46 se resolver, em se tratando de um problema de décadas. O magistrado citou o
47 professor *Boaventura de Souza Santos* que diz que a pandemia que enfrentamos
48 se trata de uma pandemia de décadas no que se refere a violência contra pessoas,
49 violência a dignidade da pessoa humana, a opressão, a concentração de rendas.
50 Dr. João Marcos Buch traçou um histórico do sistema prisional a partir do final da
51 década de 90 (noventa) e explicou como se deu o aumento da população
52 carcerária. Complementou destacando que no ano de 2006 com a lei antidrogas
53 essa situação, crescente do número de encarcerados, se agravou ainda mais e,
54 numa seletividade muito maior. O magistrado relatou que os estudos apontam que

55 as condenações por tráfico são definidas pelo fator geográfico e acentuadas pelo
56 fator racial. Dr. João Marcos, continuou sua fala chegando nos anos 2012/2013
57 onde comentou ter acompanhado Política do governo federal de desconstrução da
58 cultura do encarceramento em massa. O magistrado comentou que uma legislação
59 de alternativas penais, grupos de trabalho e estudo do departamento penitenciário
60 nacional, do Ministério da Justiça, o Conselho de Política Criminal e Penitenciário,
61 começaram a trazer diretrizes de superação do colapso em que se apresentava o
62 sistema prisional. Prosseguiu sua fala comentando que, com a chegada do
63 presidente Temer, o mesmo suspendeu todos esses projetos. Segundo o
64 magistrado na atual gestão o problema se agravou. A perspectiva do Ministério da
65 Justiça e do então Ministro da justiça, senhor Sérgio Moro, contribuiu para que o
66 mesmo viesse com uma política muito forte de superencarceramento através do
67 pacote anticrime. De acordo com o magistrado, o ministro Sérgio Moro, não tinha
68 capacidade técnica para estar a frente do Ministério, pois esse cargo tem em suas
69 mãos o sistema penitenciário brasileiro e, o ministro anteriormente citado, tinha
70 experiência como juiz federal, com pouca experiência como juiz de execução penal.
71 Dr. João Marcos Buch explicou que o sistema federal conta com 6 unidades
72 penitenciárias sendo aproximadamente cerca de 600 detentos, num universo
73 aproximadamente 870 mil presos no país. E, ressaltou que os reflexos do pacote
74 anticrime serão sentidos ainda este ano e, no próximo, uma vez que as penas
75 aumentaram, o rol dos crimes hediondos, e a possibilidade de progressão de
76 regime foi restringida. O magistrado concluiu então que, como o Estado não
77 enfrentou o problema da violência urbana e serviu-se apenas de leis
78 encarceradoras, que sequer tinha análise econômica, diante disso o sistema entrou
79 em colapso. Dr. João Marcos complementou com dados do Conselho Nacional de
80 Justiça (CNJ) dizendo que são mais de 870 mil presos para a metade de vagas.
81 Continuou relatando sua experiência em diversos sistemas carcerários dizendo que
82 as condições são extremamente precárias e, para que haja uma melhora nesta
83 situação é necessário passar por uma política de igualdade social, de
84 oportunidades, de investimento na educação, na saúde e na cultura. O magistrado
85 prosseguiu seu relato dizendo que sua perspectiva em relação a **pandemia** era que
86 esta veio para transparecer ainda mais essa situação. Prosseguiu dizendo que, a
87 partir do momento em que a pandemia foi declarada, em Março, o ministro da
88 saúde, na época, o senhor Luiz Henrique Mandetta procurou o CNJ e o alertou em
89 relação a população carcerária dizendo que esta seria a mais vulnerável no
90 contexto da pandemia. O CNJ, a partir disso, emitiu uma Recomendação nº62/2020
91 em 17 de Março, orientando o judiciário nacional a garantir a jurisdição, os direitos
92 mínimos dos presos, evitar a entrada do vírus nas prisões e sua disseminação e, a
93 forma de garantir essas condições seria, além de demandar pelos fluxos de saúde
94 sanitária dos órgãos devidos, avaliar o desencarceramento, avaliar a prisão
95 domiciliar para detentos que se apresentam no grupo de risco e pessoas do regime
96 semiaberto. Nesse momento, o magistrado começou a falar sobre *suas decisões*
97 *como juiz de direito*. E, explicou que após ouvir o Ministério Público e diretores
98 prisionais, e, por meio de inspeções feitas por àquele, começou a deferir as prisões
99 domiciliares para pessoas que se enquadrassem dentre o rol anteriormente citado.
100 O magistrado explicou todos os procedimentos tomados no município de Joinville
101 quanto as medidas de prevenção e combate ao COVID-19 no sistema prisional. E,
102 finalizou seu relato dizendo que a testagem não acontece com adequação, uma
103 vez que, o governo do Estado não faz a distribuição generalizada aos presos.
104 Segundo o juiz, o governo distribuiu aos agentes e trabalhadores do sistema,
105 porém, o preso, para ser testado precisa apresentar algum sintoma da doença e, o
106 ideal seria a testagem generalizada. Dr. João Marcos relatou que até o momento a
107 situação em Joinville, no que se refere a saúde, e no que se refere a detentos, está
108 sendo monitorada mas ressaltou que fala isso com muito cuidado porque os dados
109 são muito frágeis. E, concluiu que até o momento não há relatos do setor médico,

110 em Joinville, de detento com sinais de COVID-19. O magistrado comentou que todo
111 o fluxo de procedimentos realizado no sistema prisional de Joinville foi planejado
112 desde Março deste ano e, informou que os agentes testados e positivados foram
113 colocados em quarentena domiciliar e os presos que tiveram contato direto com
114 esses foram também testados. Dr. João Marcos disse que em sua visão o problema
115 no sistema prisional brasileiro e em específico, o catarinense onde atua, é a
116 dificuldade do vestuário, da alimentação, dos produtos de higiene e das visitas. O
117 juiz relatou que talvez o ponto mais frágil sejam as visitas, pois, as famílias
118 encontram-se angustiadas, assim como os presos, e, disse que a visita virtual ainda
119 é precária. O magistrado declarou que mandou publicar em edital que todas as
120 instituições que trabalhassem com Direitos Humanos tivessem amplo acesso ao
121 Complexo Prisional de Joinville, acesso físico para fiscalização. Dr. João Marcos
122 citou uma inspeção que fez juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil
123 (OAB) e com o Conselho da comunidade onde foi verificado que os vestuários não
124 estavam sendo adequados. A partir disso, dr. João Marcos expediu uma decisão
125 dizendo que ou o Estado fizesse a entrega ou então seria autorizada as famílias a
126 levarem dentro das regras sanitárias. O magistrado, finalizou dizendo que o Estado,
127 em todas as suas esferas de atuação: executivo, legislativo e judiciário, deve
128 assumir suas responsabilidades. Antes de abrir para intervenções, Cynthia (CDH-
129 Joinville) pediu para que se apresentassem os conselheiros que ainda não haviam
130 se apresentado e os membros do (IMDH/UFSC). Após apresentações, a presidente
131 abriu para discussões e lembrou que na sequencia seria feita menção a denúncia
132 recebida da penitenciária agrícola de Chapecó, seria incluída neste ponto do
133 debate. Nesse momento, a conselheira Erli (FINER) deixa uma mensagem de
134 agradecimento e parabeniza o trabalho realizado pelo magistrado salientando que
135 é uma motivação para todos envolvidos na causa de defesa e proteção dos direitos
136 humanos. Na sequência a palavra é passada para a conselheira Sullivan (SDS) que
137 agradeceu a participação do magistrado nesta reunião. A conselheira supracitada
138 disse que o magistrado trouxe uma análise bastante clara da atual conjuntura do
139 sistema prisional, envolvendo a realidade das penitenciárias em Santa Catarina e,
140 em específico, Joinville. Sullivan (SDS) falou da importância de serem reforçados
141 esses pontos no sentido de serem (re)pensados encaminhamentos para
142 formulação de políticas públicas nesse momento de pandemia em defesa aos
143 Direitos Humanos. Sullivan (SDS) disse que iria fazer uma pergunta e um
144 comentário. Antes de fazer sua pergunta, a conselheira informou que na SDS foi
145 criado um grupo de trabalho (GT) na área da criança e do adolescente para ser
146 trabalhada a questão da justiça restaurativa uma vez que no Estado ainda não se
147 tinha trabalhado essa questão. A pergunta então dirigida ao magistrado foi em
148 relação ao fluxo de trabalho realizado no sistema prisional. Cynthia (CDH –
149 Joinville) relatou que de acordo com o último boletim da Secretaria de Assistência
150 Prisional são 257 contaminados no Estado. A presidente, neste momento, informou
151 que o conteúdo da denúncia da penitenciária agrícola de Chapecó tinha sido
152 postado no grupo do CEDH, e; informou que se tratava de denúncia feita pelo dr.
153 Anderson Fedatto Ferreira da Silva subscritos por mais 11 (onze) advogados/as
154 relatando que existem 5 (cinco) pessoas presas contaminadas pelo COVID-19,
155 monitoradas, porém sendo abrigadas em local inapropriado, sem condições
156 adequadas e, com isso possivelmente ocasionará a contaminação dos demais.
157 Cynthia (CDH-Joinville) indagou o juiz sobre o contraste de situações entre Joinville
158 e Chapecó. Cynthia (CDH-Joinville) passou a palavra para o magistrado para as
159 considerações finais. Dr. João Marcos agradeceu a conselheira Erli (FINER)
160 dizendo que já a conhecia de nome e sua pesquisa. Na sequencia o juiz respondeu
161 ao questionamento da conselheira Sullivan (SDS) dizendo que as famílias e a
162 população tem um histórico de inverdades vindos do Estado. Concluiu o juiz, que a
163 grande dificuldade do sistema prisional é que não se acredita em nada que se fale
164 porque nunca foi falado o que acontece lá dentro (abre-se parênteses para

165 jornalismo investigativo). O juiz afirmou que a transparência não existe e, relatou
166 que o departamento penitenciário possui protocolos bastante detalhados, porém os
167 agentes se sentem carentes de capacitação, assim como de equipamentos. O juiz
168 comentou que não enxerga nesses fluxos criados pelo departamento penitenciário
169 uma estratégia de dizer para a população o que está sendo feito e o que não está
170 sendo feito. O magistrado mencionou que não viu o departamento explicar, até o
171 momento, o motivo da suspensão das visitas e das bolsas e o que está sendo feito
172 para compensação, comentou que essa deveria ser uma estratégia diária,
173 esclarecendo esses dados para as pessoas. Dando continuidade, Dr. João Marcos
174 informou que tem buscado dar sempre transparência as suas decisões. O
175 magistrado comentou que organizou um Comitê de acompanhamento da crise
176 pandêmica e ressaltou a importância de se trabalhar em conjunto. Em seguida, se
177 dirigiu a Cynthia (CDH – Joinville) dizendo que não falaria de outras localidades por
178 não se sentir legitimado para falar como as coisas deveriam ou não funcionar em
179 outras comarcas. O juiz relatou que se não transparecer as suas decisões nunca
180 irá saber de suas resistências e os motivos dessas. Dr. João Marcos finalizou
181 pedindo ao CEDH que se posicionasse em relação as visitas. Cynthia (CDH-
182 Joinville) retificou os dados anteriormente passados em relação a denúncia da
183 penitenciária agrícola de Chapecó, dizendo que são 40 (quarenta) presos isolados.
184 Nesse momento Cynthia (CDH- Joinville) passou a palavra para o conselheiro Dr.
185 João Coutinho (ADEPESC). O conselheiro agradeceu a participação do Dr. João
186 Marcos e comunicou que a Defensoria Pública do Estado (DPE) emitiu uma
187 Recomendação ao Estado reforçando a importância das visitas mesmo que de
188 forma online. Dr. João Coutinho (ADEPESC) colocou a DPE à disposição para
189 trabalhos conjuntos e informou que seu colega de trabalho da região de Chapecó
190 estava ciente da denúncia anteriormente citada e já estava oficiando o sistema para
191 obter maiores informações e, decidir que medidas tomar para sanar essa questão.
192 O juiz fez um encerramento e se despediu de todos se colocando a disposição do
193 CEDH. **Encaminhamento: aprovar uma posição através de uma**
194 **Recomendação sobre a situação do sistema prisional e sobre a denúncia da**
195 **penitenciária agrícola de Chapecó dirigida a Secretaria de Estado da**
196 **Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) ao DEAP e ao governador do**
197 **Estado pedindo providências e também a Defensoria Pública do Estado (DPE)**
198 **pedindo auxílio aos advogados que subscreveram a denúncia.** Neste
199 momento, Cynthia (CDH- Joinville) informou que submeterá a apreciação dos
200 conselheiros (as) a recomendação anteriormente citada, no grupo do CEDH para
201 as retificações necessárias. O ponto de pauta foi finalizado com a sugestão da
202 conselheira Erli (FINER), para que fosse incluído alerta sobre a responsabilidade
203 civil e criminal do gestor público no resultado dessa pandemia. A palavra é então
204 passada para o dr. João Coutinho (ADEPESC) que sugeriu incluir na
205 Recomendação, parágrafo solicitando que seja observada a Resolução nº62/2020
206 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelas Comarcas. Dando prosseguimento a
207 presidente passou então para o **ponto 6 da pauta** acerca da **primeira reunião**
208 **com a mesorregião de Lages.** Cynthia (CDH – Joinville) passou a palavra para
209 que a conselheira Erli fizesse suas considerações. A conselheira Erli (FINER) disse
210 ter sido uma boa reunião e que a participação do Fórum Regional das entidades
211 resultará em desdobramentos. A conselheira pediu que a SDS possa estar fazendo
212 uma divulgação do calendário das lives com antecedência para que a informação
213 circule para maior número de pessoas. Erli (FINER) relatou dois pontos que mais a
214 chamaram atenção. O primeiro deles foi quanto a falta de diagnóstico situacional
215 das realidades nos municípios e que são, em seu ponto de vista, fundamentais para
216 compor o plano estadual de DH de uma forma mais abrangente. E, o segundo, foi
217 quanto aos números apresentados, tanto da população LGBT quanto da população
218 afro, que são alijados de seus direitos básicos. Erli (FINER) comentou ainda acerca
219 da atuação policial e como o CEDH pode atuar de forma a contribuir para a

220 formação de policiais no sentido de não criminalizar aquele que já é vítima do
221 sistema. A conselheira, disse que recebeu alguns *feedbacks* de quem assistiu a
222 reunião e, compartilha da mesma opinião, de que o CEDH precisa além de
223 apresentar os problemas e direcioná-los para a elaboração de propostas. Dando
224 continuidade a presidente do CEDH passou para o **ponto 5 da pauta. Aprovação**
225 **das Atas da 36ª Reunião Ordinária e Reunião Extraordinária do dia 03/06/2020.**
226 Cynthia (CDH-Joinville) abriu para considerações. As Atas, então, são aprovadas
227 por unanimidade. Na sequência, começou ao debate quanto a **exclusão do tema**
228 **violência policial no balanço anual sobre violações de DH em nível federal,**
229 **ponto 7 da pauta.** Cynthia (CDH –Joinville) pediu para que a conselheira Erli
230 fizesse o informe. A conselheira propôs que o CEDH mobilize uma rede de
231 conselhos para tomar uma atitude conjunta. Na sua opinião a exclusão do tema é
232 a negação da existência da violência policial. Acrescentou ser cabível uma atitude
233 mais contundente como uma denúncia o Comissão de Direitos Humanos da
234 Organização das Nações Unidas (ONU). A presidente abriu para considerações,
235 como não houve, deu continuidade ao assunto informando que colocou uma
236 matéria do Portal Catarinas que relatou existir “uma epidemia de execuções” assim
237 como “Polícia Militar de SC mata 85% a mais no isolamento social”. No entanto a
238 presidente abriu um parêntese dizendo que nem todos os profissionais da P.M.,
239 são pessoas que concordam com essa postura e afirmou que a P.M. precisa ser
240 extinta pois não há como reformá-la. Cynthia (CDH-Joinville) comentou que nos
241 altos graus da P.M., existem conhecedores de D.H. e muitos bacharéis em Direito,
242 porém a base da P.M ainda realiza essa prática, atribuiu isso a impunidade e a
243 conivência. Cynthia (CDH – Joinville) indagou ao Dr. João Coutinho (ADEPESC) o
244 ponto de vista da entidade em relação ao assunto e se havia grupo específico
245 dentro da instituição para trabalhar com esses casos. Dr. João (ADEPESC)
246 comentou não haver grupo específico para tratar destes casos, porém relatou que
247 a defensoria possui mecanismos para receber essas comunidades que sofreram
248 algum tipo de violação, orientá-las e fazer os devidos encaminhamentos. A
249 presidente comentou que gostaria de aprofundar a discussão no âmbito da polícia
250 civil e esclareceu que antes a polícia civil era quem apurava os casos de
251 responsabilidade, atualmente, por conta de uma determinação federal, a presidente
252 disse não ter muita certeza, mas parece que fica restrito ao campo da P.M. Nesse
253 momento o delegado Kremer (SAP), propôs convidar o promotor de justiça Dr.
254 Jádél, coordenador das promotorias criminais no Estado de Santa Catarina, uma
255 vez que o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) tem como uma de suas
256 atribuições o controle externo das polícias. E, finalizou que com isso o CEDH
257 poderia ter acesso às medidas que estão sendo tomadas nos casos concretos.
258 Cynthia (CDH-Joinville) acolheu a sugestão do delegado. **Encaminhamento:**
259 **Convidar o dr. Jádél para participar da próxima plenária para aprofundar o**
260 **tema.** Dando prosseguimento a reunião, a presidente passou para o **ponto 8 da**
261 **pauta** informando que a Secretaria do conselho postou no grupo o **parecer da**
262 **Consultoria Jurídica da SDS quanto a constitucionalidade da EC nº 67/2013.**
263 Como não houve tempo hábil para leitura dos membros, Cynthia sugeriu que fosse
264 feita discussão no grupo do CEDH. Na sequência, a presidente iniciou o **ponto 9**
265 **da pauta** acerca das notas pendentes, Cynthia (CDH – Joinville) lembrou os
266 assuntos das notas e que a secretaria do conselho faria a postagem no grupo do
267 CEDH. A presidente continuou a reunião passando para os **assuntos gerais,**
268 **ponto 10 da pauta.** A conselheira Erli (FINER) propôs que o CEDH emita
269 correspondências de agradecimentos aos convidados/as. Finalizando a reunião a
270 Secretária do CEDH, lembrou que faltou o **ponto 3 da pauta, justificativas de**
271 **ausências.** A Secretária comentou que a conselheira Deise (SDE) não pode estar
272 presente devido a participação em outra reunião, assim como a conselheira Renata
273 (SAP). Apresentou as justificativas do conselheiro Elias (IMA) que trabalha
274 remotamente em sua casa porém tem que auxiliar os 3 (três) filhos em idade escolar

275 e a esposa trabalha na área da saúde. E, explicou a situação do conselheiro
276 Reginaldo (SSP) que tem dificuldades porque a rede da P.M. não suporta a
277 vídeochamada, e a sala montada tem que agendar e a prioridade é o comando. A
278 secretária avisou que o conselheiro Reginaldo estava participando pelo canal do
279 SDS no youtube, assim como a conselheira Rose (SED). Cynthia (CDH – Joinville)
280 fez seu agradecimento a todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela
281 Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, a qual, após lida e aprovada,
282 será devidamente publicada no portal da SDS-SC.
283